

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:**

## **Sumário**

|                                                                                                |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico.....</b>                                                           | <b>2</b>  |
| <b>Título: Área promissora dá mais atratividade ao leilão de petróleo do 2º semestre .....</b> | <b>2</b>  |
| Título: Venda de estatais via BNDES vai se concentrar em 2021, afirma Mattar .....             | 4         |
| Título: CVM aceita acordo de R\$ 600 mil com diretor da Vale.....                              | 5         |
| Título: Linhão de Manaus .....                                                                 | 7         |
| Título: Petroleiros iniciam greve no sábado .....                                              | 7         |
| <b>VEÍCULO: Estado de S. Paulo .....</b>                                                       | <b>9</b>  |
| Título: Governo fica longe da meta de zerar rombo nas contas públicas .....                    | 9         |
| <b>VEÍCULO: O Globo .....</b>                                                                  | <b>10</b> |
| <b>Título: A dura vida de Salim Mattar.....</b>                                                | <b>10</b> |
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense.....</b>                                                       | <b>10</b> |
| Título: Cooperação rumo à economia de baixo carbono - .....                                    | 11        |

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 30/01/2020****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito****Título: Área promissora dá mais atratividade ao leilão de petróleo do 2º semestre**

*Campo fica além dos limites de 200 milhas náuticas da Zona Econômica Exclusiva brasileira*

“A ideia de inclusão dos blocos além da ZEE surgiu por três motivos: a ocupação dos nossos espaços econômicos, usando o princípio do ‘utis possidetis’ [princípio que estabelece o direito de um país a um território], o aumento da atratividade da 17ª rodada e a aceleração da exploração dos recursos ali contidos”, disse o diretor-geral da ANP, Décio Oddone.

Devido ao potencial de recursos indicado em estudos preliminares feitos por terceiros, o governo tem anunciado a área como o “espelho do pré-sal”. Um ponto positivo é que, por não estar incluída no “polígono do pré-sal” - região definida por lei e onde só podem ser ofertados blocos sob o regime de partilha -, a área pode ser licitada sob o modelo de concessão, mais atrativo para o mercado.

O desenvolvimento da região, porém, envolve adaptações na regulação, para incorporar definições da Organização das Nações Unidas (ONU), além de demandar uma logística desafiadora, por sua distância da costa.

Interpretação da ZAG Consultoria, do geólogo e ex-consultor sênior da Petrobras Pedro Zalán, com base em levantamento sísmico elaborado pela multinacional TGS em uma área na altura da Bacia de Santos além das 200 milhas náuticas indicou potencial de recursos contingentes de 20 bilhões a 30 bilhões de barris de petróleo “in situ” (total de óleo ainda não certificado, contido em reservatório e não necessariamente recuperável).

O caso envolve conceitos geológicos e jurídicos. A plataforma continental é um termo jurídico que engloba o espaço no mar que o país tem direito e exclusividade no exercício de atividade econômica, de 200 milhas náuticas. Esta é a ZEE. Já a margem continental é um conceito geológico. Em alguns casos, ela ultrapassa as 200 milhas.

Nessas situações, o país pode pleitear junto à ONU o direito de explorar essa área, mediante o pagamento de uma contribuição à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA, na sigla em inglês). A contribuição, de 7%, é uma

espécie de royalty cobrado em cima da produção petrolífera. Em 2019 a ONU aprovou o pedido brasileiro para explorar a área.

Desde então, o governo brasileiro analisa formas de ofertar blocos na região. No início deste ano, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) formou um grupo de trabalho para estudar a viabilidade de inclusão dessas áreas na 17ª rodada. A equipe tem até 10 de março para apresentar relatório.

Na prática, o objetivo do grupo é discutir eventuais entraves políticos, legais e jurídicos para licitar blocos além da ZEE. Entre as incertezas levantadas está a necessidade de publicar decreto presidencial ou algum outro dispositivo que regule a plataforma continental. Além disso, é necessária a regulamentação relativa ao pagamento da contribuição à ISBA.

Hoje não está claro se o pagamento da contribuição deve ser feito pelo país solicitante ou se pode ser efetuado pelo operador do bloco exploratório de óleo e gás.

No caso de o pagamento ser feito pelo operador, também será preciso definir se é necessária lei específica ou se basta incluir a obrigação no edital do leilão. Os pagamentos de bônus de assinatura, royalties e participações especiais, relativos aos leilões convencionais, estão previstos na lei 9.478/1997 - a Lei do Petróleo.

Segundo Rafael Feldmann, sócio do Themudo Lessa Advogados, os editais e instrumentos jurídicos relacionados ao tema vão precisar, pela primeira vez, contemplar e prever o pagamento da contribuição à ISBA. Ele acredita que esses pontos podem ser resolvidos, sob o ponto de vista jurídico. O maior desafio, em sua opinião, pode ser a viabilidade econômico-financeira dos projetos, considerando a distância da costa brasileira e o pagamento da contribuição.

Na mesma linha, o professor da Escola de Química da UFRJ e especialista em planejamento energético Luís Eduardo Duque Dutra destaca que, além da questão jurídica internacional, três pontos são importantes: o risco geológico, o custo logístico e o investimento na exploração e produção da área.

Pelas contas do especialista, devido aos riscos e custos envolvidos, inclusive o pagamento da contribuição à ISBA, a área só é viável economicamente a partir de um volume de 2 bilhões de barris de petróleo e a um preço do barril superior a US\$ 50. Considerando a necessidade de escala, o negócio, pontuou o professor, é acessível apenas para grandes companhias petrolíferas.

“Estamos falando da última fronteira petrolífera”, disse ele.

Internamente, o governo discute qual o melhor momento para licitar blocos na área. Devido aos frustrantes resultados recentes nos leilões de partilha e ao fato de as principais petroleiras internacionais já estarem com uma carteira exploratória robusta no Brasil, uma possibilidade seria leiloar as áreas a partir de 2021. Por outro lado, considerando o processo de transição energética em curso, é preciso acelerar a oferta e o desenvolvimento dessas áreas.

Devido a sua complexidade, o tema tem demandado atenção especial de várias esferas do governo, como os ministérios de Minas e Energia, de Relações Exteriores e da Economia, a Marinha e ANP.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 30/01/2020**

**Seção: Brasil**

**Autor: Thais Carrança**

**Título: Venda de estatais via BNDES vai se concentrar em 2021, afirma Mattar**

Neste ano, estão previstas apenas três vendas de empresas pelo banco de fomento

Em evento promovido pelo Credit Suisse em São Paulo, Mattar apresentou slide com o cronograma de desestatizações a serem conduzidas pelo BNDES, incluindo empresas listadas no Programa Nacional de Desestatização (PND) e no Programa de Parcerias para Investimentos (PPI).

Pelo cronograma, a primeira empresa dessa lista - a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) - deverá ser desestatizada somente em agosto deste ano. Em outubro seria a vez da Empresa Gestora de Ativos (Emgea) e, em dezembro, da Casa da Moeda (CMB).

Em 2021, seriam desestatizadas, pelo planejamento, a indústria de bens de capital Nuclep; a empresa de semicondutores Ceitec; as estatais de abastecimento Ceagesp e Ceasa/MG; as empresas de processamento de dados Serpro e Dataprev; a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp); as operadoras de trens urbanos CBTU e Trensurb; e a Telebras. Pelo cronograma, os Correios podem ser desestatizados em dezembro de 2021. Já a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) tem previsão de ser desestatizada em janeiro de 2022.

Mattar reconheceu a morosidade do processo de venda de ativos via BNDES e reafirmou a meta do governo de vender R\$ 150 bilhões em 300 ativos neste ano, com a criação de um fast track (via rápida) para acelerar esse processo.

Ainda conforme o secretário, em 2020, o BNDES já vendeu sete ativos, arrecadando R\$ 7,5 bilhões. Em 2019, foram vendidos R\$ 105,4 bilhões em ativos. Mattar reafirmou a intenção do governo de realizar a capitalização da Eletrobras neste ano e voltou a dizer que Caixa, Banco do Brasil e Petrobras não serão vendidos.

O secretário dedicou boa parte de sua palestra a rebater críticas quanto à lentidão das privatizações. Ele reconheceu, porém, que pouco foi feito no ano passado, por medo de afetar negativamente a reforma da Previdência.

“Em 2019, estivemos muito focados na reforma da Previdência. Não conhecíamos muito de governo, então fomos muito cuidadosos”, disse. “Só começamos a trabalhar a partir de agosto e setembro. Então, tivemos um ano de aprendizado e não queríamos fazer nada que pudesse prejudicar [a reforma].”

Em referência a críticas feitas pelo economista Persio Arida no mesmo evento, no dia anterior, Mattar defendeu que, apesar de a venda de subsidiárias de estatais não se converter em caixa para a União, elas fazem parte do objetivo de redução do tamanho do Estado. Mattar citou ainda a crítica de que o governo teria um discurso mais liberal do que está praticando, feita por Arminio Fraga, no mesmo evento. “Concordo, mas nunca governo nenhum teve uma prática tão liberal”, afirmou.

Apesar de ter dedicado boa parte de sua fala a rebater críticas e justificar o andamento das privatizações, Mattar disse não se importar com avaliações negativas. “Pode criticar à vontade, eu não sinto nada, é como se não tivesse visto.”

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 30/01/2020**

**Seção: Empresas**

**Autor: Juliana Schincariol**

**Título: CVM aceita acordo de R\$ 600 mil com diretor da Vale**

Luciano Siani, diretor de relações com investidores, encerra duas ações sem assunção de culpa

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aceitou propostas de termos de compromisso do diretor de relações com investidores da Vale, Luciano Siani. O executivo da mineradora pagará R\$ 600 mil para encerrar dois processos sancionadores - R\$ 300 mil cada - que foram abertos contra ele para analisar a

divulgação de informações da empresa na sequência do rompimento da barragem em Brumadinho (MG), em janeiro de 2019.

O **Valor** noticiou a abertura dos processos em julho do ano passado. A área técnica da CVM responsável pelas acusações entendeu que em ambos os casos as informações não foram divulgadas “de forma ampla e imediata” por Siani, único acusado.

Um dos processos em que o diretor era acusado referia-se à entrevista da Vale concedida a jornalistas em 12 de fevereiro de 2019, às 15h, com o pregão ainda aberto. A acusação entendeu que foram divulgadas informações relevantes. E o diretor “deveria ter divulgado fato relevante anterior ou simultaneamente à coletiva de imprensa, com o objetivo de mitigar assimetrias informacionais” nas negociações com ações da Vale.

O outro caso envolveu a análise de notícias na imprensa sobre um comunicado interno da mineradora. Esse documento informava a interrupção de parte das atividades na mina de Brucutu, em São Gonçalo do Rio Abaixo (MG). Isso ocorreu após liminar que proibiu a deposição de rejeitos na barragem de Laranjeiras. Para a acusação, a administração não teria como manter o controle da informação após a divulgação de um comunicado interno.

Ao apresentar a proposta de termo de compromisso, Siani inicialmente oferecer pagar R\$ 200 mil para encerrar cada um dos casos, mas a CVM entendeu que o valor a ser pago deveria aumentar para R\$ 300 mil para que a proposta fosse aceita.

Para aprovar o acordo, o comitê considerou a condição da Vale entre outras companhias de capital aberto e o grau de dispersão acionária da empresa, além dos momentos em que aconteceram os fatos narrados nos processos. Também levou em conta que as infrações apontadas pela acusação estão inseridas no Grupo II do anexo 63 da instrução 607. Essa norma instituiu as multas mais altas que poderão ser aplicadas pela CVM com a edição da lei 13.506 em novembro de 2017. Neste grupo, se o caso fosse a julgamento, o valor máximo de uma eventual multa seria de R\$ 600 mil, sem considerar os atenuantes e agravantes que também serão analisados. E o colegiado deu a palavra final, em linha com o comitê.

Assim, os casos serão encerrados e não há assunção de culpa. Mas estes não foram os únicos casos conduzidos na CVM sobre o assunto. Em agosto de 2019, a autarquia abriu inquérito para apurar eventuais irregularidades relativas à possível não observância de deveres fiduciários de administradores da Vale pelos fatos relacionados ao rompimento da barragem. O inquérito segue em fase de investigações.

A autarquia vai avaliar se os executivos e conselheiros foram diligentes com a questão da barragem antes da catástrofe. É a primeira vez que um possível crime ambiental, ainda em investigação pelo Ministério Público, dará origem a processo sancionador sobre os administradores como pessoas físicas.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 30/01/2020

**Seção:** Empresas

**Autor:**

**Título:** Linhão de Manaus

Curta

O licenciamento ambiental da linha de transmissão que vai ligar Manaus a Boa Vista deverá sair, no máximo, até abril, segundo o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior. A estimativa do executivo é que, uma vez que essa etapa seja concluída, que as obras poderão ser iniciadas em um prazo de 90 dias. Para a conclusão do empreendimento, porém, ainda serão necessários ao menos dois anos. A linha de transmissão é importante porque irá conectar ao sistema nacional de energia diversas regiões que hoje estão isoladas.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 30/01/2020

**Seção:** Empresas

**Autor:** André Ramalho e Rodrigo Polito

**Título:** Petroleiros iniciam greve no sábado

Os 13 sindicatos ligados à Federação Única dos Petroleiros (FUP) aprovaram indicativo de greve

Os 13 sindicatos ligados à Federação Única dos Petroleiros (FUP) aprovaram indicativo de greve, por tempo indeterminado, a partir do sábado. A entidade informou que o abastecimento da população está garantido. Segundo o secretário de assuntos jurídicos e institucionais da FUP, Deyvid Bacelar, porém, os petroleiros querem a mediação do Ministério Público do Trabalho (MPT) para negociar o efetivo e cotas de produção durante a paralisação. A Petrobras considera a mobilização "descabida".

A categoria protesta contra a demissão de 396 empregados da fábrica de fertilizantes de Araucária (PR), que será hibernada. Os petroleiros alegam que, pelo acordo coletivo da Araucária Nitrogenados (Ansa), a empresa se

compromete a não promover demissões, nem transferências, sem negociação prévia com o sindicato.

A paralisação pode ganhar ainda o apoio dos sindicatos associados à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), que antecipará seu calendário de mobilizações, anteriormente marcado para iniciar no dia 4 de fevereiro, “para combater os avanços no desmonte do Estado e dos direitos trabalhistas”. Segundo a entidade, as mobilizações serão realizadas entre 1º e 14 de fevereiro. Assembleias nas bases da FNP vão acontecer a partir de segunda-feira para votar greve ou mobilizações.

“O objetivo é que a gestão da Petrobras suspenda as demissões da Fafen-PR e cumpra o acordo coletivo com relação aos fóruns de negociação coletiva de diversos temas”, afirmou Bacelar, ex-representante dos trabalhadores no conselho de administração da Petrobras.

O coordenador-geral do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF), Tezeu Bezerra, disse que a categoria ainda não definiu se a greve envolverá a parada de produção ou não e que a estratégia só será anunciada à categoria na véspera da mobilização. O potencial impacto da greve sobre as operações da estatal ainda não é claro. É comum, em algumas paralisações, que equipes de contingência da Petrobras assumam as plataformas, para mitigar possíveis interrupções na produção.

Segundo a estatal, a greve “não atende aos requisitos legais”. A companhia alega que todos os compromissos assumidos na negociação do acordo coletivo 2019-2020 vêm sendo “integralmente cumpridos”. A empresa argumenta, ainda, que a Araucária Nitrogenados S.A. (Ansa) é uma empresa com gestão autônoma e acordo coletivo específico. “Os empregados da ANSA não são empregados da Petrobras. Quando a Petrobras adquiriu a ANSA, todos já estavam no quadro daquela empresa, que manteve a sua personalidade jurídica própria”, completou a companhia, em nota.

A petroleira disse reiterar sua “boa-fé negocial” e permanece disposta a analisar as propostas que venham a ser recebidas dos sindicatos, nos termos e prazos acordados no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A Petrobras anunciou há duas semanas que hibernará a Ansa, depois de uma tentativa fracassada de vender a unidade. Na ocasião, a empresa esclareceu que os funcionários receberão, além das verbas rescisórias legais, um pacote adicional composto de valor monetário entre R\$ 50 mil e R\$ 200 mil, proporcional à remuneração e ao tempo trabalhado. Os planos médico e odontológico, benefício farmácia e auxílio educacional, serão mantidos por até 24 meses.

**VEÍCULO:** Estado de S. Paulo**Data:** 30/01/2020**Seção:** Economia**Autor:** Lorena Rodrigues**Título:** Governo fica longe da meta de zerar rombo nas contas públicas

Resultado negativo foi reduzido em mais de R\$ 25 bi no 1º ano de mandato, mas superávit só deve vir em 2022

No primeiro ano da administração Jair Bolsonaro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, conseguiu reduzir em R\$ 25,1 bilhões o rombo das contas do governo federal. O resultado, porém, ficou longe da promessa de Guedes de zerar o déficit público em 2019. Os cálculos do governo apontam a volta do superávit só em 2022. O rombo poderia ter sido menor, caso, nos últimos dias do ano passado, o governo não tivesse autorizado um aporte de R\$ 9,1 bilhões em empresas estatais. A maior parte da capitalização das empresas – R\$ 7,6 bilhões – foi para irrigar os cofres da Emgepron, estatal da área militar criada para construir corvetas (navios de guerra). Os recursos arrecadados com o megaleilão de petróleo da área do pré-sal bancaram o aporte na estatal militar. Não havia previsão de que o aporte adicional fosse feito em 2019, mas a pressão da área militar e do próprio presidente acabou prevalecendo.

Com essa capitalização, as contas do governo federal pioram em dezembro e fecharam 2019 com saldo negativo de R\$ 95,06 bilhões. Já são seis anos consecutivos de déficits. Em 2018, o déficit somou R\$ 120,2 bilhões. Em outubro, Guedes chegou a prever que o déficit fecharia em R\$ 80 bilhões. Em dezembro, o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, afirmou que o valor deveria ficar abaixo de R\$ 70 bilhões. Em 2019, o governo estava autorizado pelo Congresso Nacional a registrar um rombo primário de até R\$ 139 bilhões. Ao anunciar o resultado do ano, Mansueto admitiu que a capitalização surpreendeu, mas ponderou que os aportes nas estatais não entram no limite do teto de gastos – a regra que impede o crescimento das despesas acima da inflação. Segundo ele, a decisão foi política.

Ele garantiu que a Emgepron não terá mais aportes para os próximos quatro anos, quando terminam as encomendas de navios. Mansueto minimizou, porém, o aumento de gastos fora do teto e reforçou a previsão de que as capitalizações previstas para 2020 só serão de R\$ 4 milhões. Erro. Outro ponto que surpreendeu foi a previsão errada de gastos com pessoal. Ou seja, a estimativa de gastos com a folha dos servidores ficou R\$ 5,7 bilhões maior do que o efetivamente pago. O detalhe é que essa estimativa estava incorreta no fim do ano. Os dados inflados

de gastos com pessoal impediram uma liberação maior do Orçamento ao longo do ano.

Erros de projeção desse tipo também foram verificados em 2018. O secretário do Tesouro aproveitou o anúncio de um resultado fiscal para dar um recado: “O ajuste fiscal não foi feito. Não dá para vestir roupa de carnaval”. Sem citar nomes, Mansueto disse que vê entusiasmo de pessoas com a possibilidade de flexibilizar o teto de gastos. “É claro que não dá”, alertou. Entre as razões para a queda no déficit do governo, em 2019, está a arrecadação extraordinária de R\$ 23,69 bilhões do governo com a chamada “cessão onerosa” do petróleo do pré-sal. Recursos extraordinários que não se repetirão.

Descumprimento. No último ano em que pode compensar outros Poderes em caso de descumprimento do teto de gastos, a União teve de desembolsar R\$ 2,496 bilhões em 2019 para cobrir o estouro no orçamento do Poder Judiciário e do Ministério Público da União. Nos últimos três anos, coube ao Executivo cobrir os valores que órgãos de outros Poderes gastaram acima do limite estabelecido, que é definido com base nos gastos do ano anterior. A compensação pela União já estava prevista no momento da elaboração do orçamento dos órgãos. Em 2020, porém, isso não será mais possível e os Poderes terão de se enquadrar.

Dinheiro para estatais

No fim do ano passado, governo autorizou aporte de R\$ 9,1 bilhões em estatais, a maior parte para a Emgepron, estatal da área militar criada para construir corvetas (navios de guerra)

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 30/01/2020

**Seção:** Colunas

**Autor:** Ancelmo Gois

**Título:** A dura vida de Salim Mattar

Enquanto parte do governo e da indústria defende o fim dos contratos de partilha e da Pré-Sal Petróleo (criada em 2013 para gerir os acordos), o Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria 23, do dia 27, amplia as atribuições da PPSA. Assim, fica difícil a vida do secretário de Desestatização, Salim Mattar.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Data:** 30/01/2020

**Seção:** Opinião

**Autor:**

**Título: Cooperação rumo à economia de baixo carbono -**

Vivemos um tempo de desafios em que as mudanças climáticas impõem atitudes radicais mundiais. É preciso repensar novas formas de produzir energia e alimentos, de reutilizar, reciclar e reaproveitar recursos naturais de maneira ética e eficaz, para que as sociedades enfrentem as próximas décadas com sustentabilidade. O Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC) concluiu, em 2018, que as emissões de gases de efeito estufa deveriam diminuir 50% até 2030 para atingirem a meta do Acordo de Paris de limitar o aquecimento global a 1,5 Cº.

A União Europeia está no caminho certo para cumprir sua parte, com uma fatia de quase 20% de energias renováveis em sua matriz energética no fim desta década. Cidades como Copenhague (Dinamarca) estão na vanguarda de um movimento que estabelece medidas para tornar neutros em carbono os centros urbanos nos próximos anos. As iniciativas, porém, têm atravessado continentes.

O Brasil tem grande potencial de se beneficiar de tecnologias europeias em setores que contribuem para uma economia de baixo carbono. O maior país da América Latina é rico em recursos naturais, que podem ser melhor aproveitados. Uma estimativa realizada recentemente pelo Observatório do Clima, baseada em uma análise do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (Seeg), aponta que o país precisa melhorar seus instrumentos e sua governança para cumprir o que se comprometeu para 2025 no Acordo de Paris.

Somente por meio de resíduos desperdiçados no setor sucroenergético, por exemplo, poderiam ser gerados anualmente, segundo a Associação Brasileira de Biogás (Abiogás), 41 bilhões/m<sup>3</sup> de biogás, que pode ser utilizado como biocombustível, evitando a emissão de poluentes gerados pela queima de diesel. Já a energia solar deve crescer 44% no Brasil em 2019, mas ainda responde por apenas 1% da capacidade instalada na matriz energética do país, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Por isso, a União Europeia investe, desde 2015, por meio do programa Low Carbon Business Action in Brazil, no intercâmbio entre pequenas e médias empresas de seus países-membros e do Brasil para a criação de soluções em setores como energias renováveis, agricultura de precisão, biogás, gestão de resíduos, geotermia e eficiência energética. Por meio dos seus quase 100 projetos apoiados durante a vida do programa, que contemplam joint-ventures, transferência de tecnologias e parcerias comerciais, será evitada a emissão de CO2 equivalente ao estoque em 2.280 hectares da Floresta Amazônica. Já a economia de água equivalerá a 1.686 piscinas olímpicas.

No caso dos projetos no setor de energias renováveis, quando implementados, será possível gerar energia suficiente para o consumo anual de 206.489 residências. Já no quesito de gestão de resíduos, o Brasil poderá reutilizar ou reciclar a quantidade de lixo equivalente a 1.380.037 caminhões de coleta.

É preciso pensar em estratégias intercontinentais de longo prazo para uma economia próspera, moderna, competitiva e neutra, a partir do investimento em soluções tecnológicas realistas, desde a pequena até a grande escala, que de fato contribuam para aprimorar processos, garantir eficiência, prever resultados e evitar danos ao meio ambiente. A Climate Policy Initiative (CPI), thinktank internacional que publica análises anuais sobre ações climáticas, estima que o financiamento total relacionado ao clima foi de US\$ 530 bilhões em 2017. Mas, para a América Latina, o financiamento continua a ser um grande desafio pois apenas utiliza entre 7% e 8% dessa fatia.

Em 2020, o programa promovido pela União Europeia pioneiramente no Brasil e no México ganhará escala regional e será também ampliado para o Chile, Argentina, Colômbia e Canadá, em um importante passo para a criação de novas parcerias e o desenvolvimento de soluções efetivas de combate às emissões de gases de efeito estufa. A internacionalização de soluções europeias inovadoras recebe o apoio de clusters criados para facilitar o networking, desenvolver a colaboração internacional, apoiar a cooperação em novas cadeias de valor e

ampliar a competitividade em setores estratégicos. É um bom exemplo de como a colaboração pode ser instrumentalizada para alcançar metas ambiciosas.

**MME / ASCOM .**